

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E MEIO AMBIENTE
EDITAL DE CONVITE Nº 004/2018
LICITAÇÃO EXCLUSIVA ÀS BENEFICIÁRIAS DA LC 123/2006

O MUNICÍPIO DE TAQUARI torna público para conhecimento dos interessados que, na sala de reuniões de sua Comissão Permanente de Licitações, em obediência ao disposto na Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, com suas alterações posteriores e, na Lei Complementar 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/2014, irá proceder ao recebimento da documentação e propostas, na modalidade **Carta-Convite**, tipo menor preço, a serem apresentados até o dia **29 de junho de 2018 às 09:00 horas**, ocasião em que serão as mesmas abertas, na presença dos interessados, e julgados pela Comissão de Licitações, mediante as condições deste Edital.

A presente licitação será exclusiva às beneficiárias da Lei Complementar nº123/2006, nos termos do seu art. 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar nº147/2014.

I - OBJETO DA LICITAÇÃO:

I.1. Contratação para prestação de serviços gerais, de limpeza e manutenção dos pátios e manutenção hidráulica, elétrica e predial, que não necessite de mão de obra especializada, das Unidades de Saúde do Município, nos termos e condições definidas neste e na minuta de contrato, parte integrante do presente edital.

II - DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

II.1. A prestação dos serviços será realizada mensalmente, mediante solicitação do fiscal anuente do contrato e nas condições e locais definidos na Cláusula seguinte.

II.2. O contrato terá vigência de 12 (doze meses), podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do artigo 57, da Lei 8666/93.

III - CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

III.1. No momento da contratação a empresa deverá apresentar ao fiscal anuente do contrato, a cópia dos Registros dos Funcionários que prestarão os serviços (ficha ou livro) e a cópia da CTPS dos mesmos. Para liberação do pagamento, a empresa deverá apresentar a comprovação de recolhimento do FGTS e RE (Relação de Empregados), Guia de Recolhimento da Previdência Social e a cópia da Folha Pagamento.

III.2. O contrato originário do presente processo não criará qualquer vínculo empregatício entre a **CONTRATANTE** e a empresa **CONTRATADA** e seus funcionários.

III.3. É defeso de qualquer das partes ceder ou transferir total ou parcial, os direitos e obrigações decorrentes da presente licitação.

III.4. Dos Serviços:

III.4.1. Os serviços ora licitados consistem em jardinagem, corte de grama, poda de árvores, atividade paisagística tipo canteiro e retirada de entulhos e ainda, conserto, instalação hidráulica, elétrica e predial, que não necessite de mão de obra especializada para as Unidades de Saúde do Município.

III.4.1. Os serviços serão prestados seguindo cronograma mensal, a ser fornecido pelo fiscal anuente do contrato, contendo a relação dos serviços a serem realizados em cada Unidade de Saúde, podendo, todavia, ser necessária a realização de serviços emergenciais, não relacionados inicialmente no cronograma, ficando a empresa vencedora obrigada a cumpri-los, nos termos e prazo definidos na solicitação.

III.4.2. Os serviços serão prestados nas seguintes Unidades:

- a) ESF Coqueiros – sito à Avenida Açorianos, nº 70;
- b) UBS Rincão – sito á Rua Francisco Bittencourt, s/nº;
- c) ESF Leo Alvim – sito á Rua Osvaldo Michel, nº 332;
- d) ESF Colônia 20 – sito á Rua Bertoldo Kern, nº 48;
- e) UBS Prado – sito á Rua Da Paz, s/nº;
- f) ESF Praia – sito á Rua Antônio Porfírio da Costa, nº 579;
- g) UBS Central – sito à Rua Osvaldo Aranha, nº 2536;
- h) Posto do Passo da Aldeia, - sito à Rua Valter Hackmann, nº 385;
- i) Posto de Julio de Castilhos – a ser inaugurado;
- j) Posto das Amoras – a ser inaugurado;
- k) CAPS – sito à Rua José Bizarro Neto, s/nº
- l) Sede da Secretaria da Saúde – sito à Rua Osvaldo Aranha, nº 1697;
- m) Farmácia e Transporte – sito à Rua David Canabarro, s/nº;
- n) Departamentos de Vigilância Sanitária e de Meio Ambiente – Rua Osvaldo Aranha, 1790, Fundos.

IV - DAS OBRIGAÇÕES:

IV.1. DA CONTRATADA:

IV.1.1. Executar os serviços, nos termos da solicitação do fiscal anuente e em estrita observância às normas/regulamentos e legislação pertinente a matéria.

IV.1.2. Respeitar, quando da execução do serviço objeto deste edital, as normas internas de administração da CONTRATANTE, especialmente àquelas referentes à segurança do trabalho.

IV.1.3. Arcar com todas as despesas necessárias à execução do serviço objeto desta licitação, sem prejuízo das obrigações civis, previdenciárias, trabalhistas e tributárias referentes aos empregados da CONTRATADA designados para a realização do serviço contratado.

IV.2. DA CONTRATANTE:

IV.2.1. Permitir à CONTRATADA pleno acesso ao local de trabalho, bem como todas as condições necessárias para a execução do serviço no local contratado.

IV.2.2. Determinar, através do fiscal anuente do contrato, todas as condições para a execução do presente contrato.

V - DAS PENALIDADES E MULTAS

V.1 - DA CONTRATADA:

V.1.1. Advertência por escrito sempre que verificadas irregularidades, para as quais a **CONTRATADA** tenha concorrido. A advertência será aplicada independente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou especificações estabelecidas.

V.1.2. As penalidades serão aplicadas:

- a) Quando houver atraso por culpa da contratada;
- b) Quando parar injustificadamente os serviços;
- c) Quando houver descumprimento das cláusulas contratuais.

V.1.3. Sem prejuízo de outras cominações, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes multas:

- a) multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;
- b) multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato;
- c) multa de 10 % (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato.

Observação:

As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

V.1.4. Suspensão do direito de licitar, num prazo de até 02 (dois) anos, dependendo da gravidade ou falta;

V.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, dependendo da gravidade ou falta;

V.1.6. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei;

V.1.7. As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, a critério do **CONTRATANTE**, admitida sua reiteração;

V.1.8. Quando a **CONTRATADA** motivar rescisão contratual, será responsável pelas perdas e danos decorrentes para o **CONTRATANTE**.

V.2 - DAS PENALIDADES DO CONTRATANTE:

V.2.1. No caso de atraso imotivado do pagamento do valor ajustado, o **CONTRATANTE** pagará o valor atualizado financeiramente, de acordo com o índice do IGPM.

VI - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

VI.1. Ser do ramo do objeto da licitação. A apresentação da Documentação e da Proposta deverá ser em dois envelopes distintos e lacrados, endereçados à Comissão Permanente de Licitações, contendo em sua parte externa e fronteira a seguinte inscrição:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI
À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
CONVITE Nº 004/2018

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE – NOME COMPLETO DA EMPRESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI
À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
CONVITE Nº 004/2018
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA
PROPONENTE – NOME COMPLETO DA EMPRESA

VI.2 - Envelope 01 – Documentação:

VI.2.1. Declaração, sob as penas da lei, firmada pelo representante legal da empresa, de que a mesma é beneficiária da Lei Complementar 123/2006 (Modelo Anexo II).

VI.2.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Contrato Social (para comprovação de que a empresa é do ramo do objeto da licitação) ou Requerimento de Empresário Registrado na Junta Comercial (para comprovação de que a empresa é do ramo do objeto da licitação) ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - MEI, emitido pela Receita Federal, caso o interessado seja um Micro Empreendedor Individual – MEI.

b) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou, sendo o interessado uma Empresa Individual ou MEI apresentar cédula de identidade e CPF do proprietário.

c) Declaração de cumprimento do disposto no art.7º inciso XXXIII da Constituição Federal, conforme o inciso V do art.27 da Lei 8.666/93 introduzido pela Lei 9.854 de 27/10/99 (declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos) (Modelo Anexo III).

VI.2.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes do município sede do licitante, relativo a atividade por este exercida (ÁLVARA MUNICIPAL);

b.1) no caso de MEI, dentro do primeiro exercício de sua criação, a apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, emitido pela Receita Federal dispensa a apresentação do Alvará.

c) Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio sede do licitante;

e) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular dos encargos sociais instituídos por Lei.

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 01/05/1943;

VI.2.4. A Licitante que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em (05) cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

VI.2.5. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a licitante da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

VI.2.6. O prazo de que trata o item **IV.2.4** poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

VI.2.7. A não regularização da documentação no prazo fixado implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

VI.2.8. Se a licitante não apresentar a declaração escrita, prevista no item **VI.2.1**, seu representante poderá fazê-la de próprio punho, durante o processamento da licitação, se a mesma se fizer representar.

Obs.: 1) Todos os documentos, quando apresentados em cópia, devem ser autenticados previamente em cartório ou pela Comissão de Licitações mediante apresentação do original. As negativas disponibilizadas em sistema informatizado de consulta podem ser apresentadas mediante documento impresso, retirado da Internet.

2) Os documentos apresentados devem estar com prazo dentro da validade até a data do julgamento da presente licitação.

VI.3.2 - Envelope 02 - Proposta:

VI.3.2.1. A proposta financeira, deverá ser apresentada de forma legível (de preferência digitada ou datilografada), sem rasuras, de acordo com o objeto do edital e considerando o **Valor Mensal** para a prestação do serviço, conforme modelo do Anexo I.

Obs.: O preço proposto incluir todas as despesas com transporte, alimentação, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, e outros pertinentes ao objeto licitado.

VI.3.2.2. Validade da proposta não inferior a 60 dias.

VII – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

VII.1. Será utilizado como critério de julgamento das propostas o **MENOR PREÇO MENSAL**, classificadas pela ordem crescente dos preços propostos, sendo que, no caso de empate proceder-se-á ao sorteio.

VIII – DA ACEITABILIDADE DE PREÇOS:

VIII.1. O preço deverá ser fornecido em Real e serão aceitas, somente, duas casas após a vírgula.

IX – DO REAJUSTE DE PREÇOS:

IX.1. O preço ajustado no Contrato será alterado quando ocorrer acréscimo ou supressão de serviços, e reajustados anualmente pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado/IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, desde a data da assinatura do contrato.

X – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

X.1. O pagamento será realizado mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal/fatura, acompanhada da relação dos serviços prestados no mês de referência e liberação do fiscal anuente, bem como dos documentos exigidos na Cláusula Terceira, item III.1, deste edital.

XI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

XI.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte dotação:
Proj./Atividade: 2036 – Manutenção dos Serviços da Saúde;
3.3.90.39.16.00.00 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
Recurso: 40 – Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS.

XII – DAS INSTRUÇÕES E NORMAS PARA RECURSO:

XII.1. De acordo com o que dispõe o art. 109 da Lei no. 8.666/93 e suas alterações.

XIII – DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:

XIII.1. Prefeitura Municipal de Taquari, Rua Osvaldo Aranha, 1790 - Fone (051) 3653 6200 - Ramal 237, E-mail: dep.licitacoes@taquari.rs.gov.br, em horário de expediente, ou seja, das 08h às 12h e das 13h30min às 16h30min.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS:

XIV.1. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

XIV.2. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e os números de telefone.

XIV.3. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

XIV.4. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

XIV.5. Fazem parte integrante do presente edital:

- a) Modelo de Carta Proposta: Anexo I;
- b) Modelo de Declaração de que não emprega menores: Anexo II;
- c) Modelo de Declaração de Enquadramento a Lei Complementar 123/2006: Anexo III;
- d) Minuta de Contrato: Anexo IV.

XIV.6. A presente licitação é regida pelas Leis Federais no. 8.666/93 e alterações, Lei Complementar 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/2014, ainda que não constantes do presente ato convocatório.

Qualquer litígio será dirimido pelo foro desta Comarca de Taquari, com renúncia expressa a qualquer outro.

Taquari, 19 de junho de 2018.

ADAIR ALBERTO OLIVEIRA DE SOUZA
Secretário Municipal da Fazenda

ANEXO I – CARTA PROPOSTA¹

CARTA CONVITE 004/2018

A empresa, CNPJ nº, com sede a n°, município de, por seu representante legal,, vem apresentar-lhes proposta para prestação de serviços objeto do edital de Carta Convite 004/2018, conforme segue:

| DESCRIÇÃO | QUANT. | V. MENSAL |
|--|----------|----------------------|
| Contratação para prestação de serviços gerais, de limpeza, manutenção dos pátios e manutenção hidráulica, elétrica e predial, que não necessite de mão de obra especializada, das Unidades de Saúde do Município, nos termos e condições definidas no edital e na minuta de contrato, parte integrante do mesmo. | 12 meses | R\$ 1.420,00 |
| VALOR TOTAL | | R\$ 17.040,00 |

Validade da Proposta: não inferior a 60 dias.

Condições de Pagamento: Conforme Edital.

Taquari, de de 2018.

NOME COMPLETO E ASSINATURA
DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

¹ No Modelo de Carta Proposta consta o valor referência apurado pelo Município de Taquari e que servirá de base no julgamento do certame.

**ANEXO II – DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO
NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ**

CARTA CONVITE N.º 004/2018

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ
sob nº _____, por intermédio de seu representante legal,
Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº
_____ e do C.P.F nº _____, **DECLARA**, para fins de
cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não
emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(assinalar com “x” a ressalva acima, caso verdadeira)

Por ser verdade, firma a presente sob as penas da Lei.

Taquari, RS, _____ de _____ de 2018.

Nome e assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO A LEI COMP. 123/2006

CARTA CONVITE N.º 004/2018

A (nome da licitante), por seu representante legal (doc. ANEXO), inscrita no CNPJ sob n.º _____, DECLARA, sob penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que é _____ (**microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual**), nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declara conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a participar do procedimento licitatório de **Carta Convite nº 004/2018**, realizado pelo MUNICÍPIO DE TAQUARI.

Declara ainda, que no decorrer do último mês não houve o desenquadramento de sua condição, não tendo a mesma incorrido em nenhuma das situações previstas no artigo 3º, § 4º, Incisos I a X, da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 (artigo 3º. § 6º, Lei Complementar nº 123/06).

Por ser verdade, firma a presente sob as penas da Lei.

Taquari, RS, _____ de _____ de 2018.

Nome e assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)